



O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX¹

Alceste Pinheiro²

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este trabalho propõe-se a apresentar uma parte do primeiro ano de pesquisa empreendida sobre o jornal *O Apóstolo*, o principal periódico católico brasileiro do século XIX. Trata especificamente da autocompreensão do semanário, que circulou até o início da República e publicou as posições da Igreja, dos bispos, padres e leigos ultramontanos ligados ao processo de romanização em curso na segunda metade do oitocentos. Para isso, pretende dar conta da categoria autocompreensão, ferramenta muito utilizada pelos historiadores da Igreja. Intenta também situar o contexto da atuação dos produtores de *O Apóstolo* e buscar os conceitos sobre imprensa que norteavam os redatores, editores e colaboradores do periódico

Palavras-chave:

Jornalismo; Igreja; Autocompreensão

Este artigo refere-se ao primeiro ano de atividade do jornal *O Apóstolo*, o mais importante periódico católico brasileiro do século XIX. É resultado de pesquisa empreendida a partir de 2008, vinculada ao grupo *Mídia, Religião e Sociedade*, da Universidade Federal Fluminense. Trata dos primeiros 52 números do jornal, publicados semanalmente aos domingos, de 7 de janeiro a 30 de dezembro de 1866. É apenas a etapa inicial do empreendimento, que tentará compreender um pouco do discurso de determinado setor da Igreja Católica. Um projeto provavelmente longo: afinal, *O Apóstolo* circulou por 35 anos e chegou a diário nos anos 1874 e 1875.

A pesquisa prevê um levantamento completo dos temas abordados pelo jornal e a elaboração de um índice remissivo que poderá servir de base para qualquer tentativa de estudo do discurso da Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XIX. É bom esclarecer que não se trata propriamente de um projeto de análise do discurso da

¹ Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Professor do curso de Comunicação Social da UFF, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.



Igreja, ou especificamente de um jornal católico do século XIX³. O mais apropriado é considerá-lo uma pesquisa sobre a história do discurso da Igreja na segunda metade do século XIX.

E para uma história do discurso da Igreja Católica no Brasil oitocentista, *O Apóstolo* é excelente fonte. O jornal transcreve, por exemplo, cartas pastorais e outros documentos do episcopado brasileiro e originários da Santa Sé, muitos deles de acesso difícil, mesmo nos arquivos diocesanos. Publica também artigos e trechos de livros de padres e leigos em defesa das posições da Igreja contra os considerados “inimigos” da instituição. Disponibiliza discurso de parlamentares católicos. Em uma época em que a imprensa ainda não privilegiava a informação, *O apóstolo* já fornecia notícias sobre as atividades clericais e laicas.

Por meio do jornal é possível se entender os embates do tempo e perceber as estratégias da Igreja Católica, o jogo dos confrontos internos, a ação dos bispos reformadores, o diálogo com possíveis aliados, o debate intelectual com os “inimigos da Igreja”. Por ele, também é possível ter acesso aos vestígios da ação e das estratégias dos liberais, que buscavam neutralizar a presença do Catolicismo no Brasil, e dos protestantes, na luta por espaço na consciência religiosa dos brasileiros.

Evidentemente não é a primeira vez que um pesquisador busca *O Apóstolo* como fonte de pesquisa⁴, mas surpreende que autores de obras sobre a história da Igreja no Segundo Império – como a *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – segunda época* – tenham concedido pouca, ou nenhuma, atenção ao periódico, quer como fonte, quer como protagonista ou mesmo coadjuvante⁵.

Entretanto, pelas páginas de *O Apóstolo* passa quase tudo do que trata Fragoso e os outros autores do livro: João Fagundes Hauck, José Oscar Beozzo, Klaus van der Grijp e Breno Brod – todos ligados à Cehila, Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina, e da esquerda católica ou protestante. Por exemplo, em relação à

³ Bom instrumental para análise de discurso, especialmente o dos meios de comunicação impresso pode ser encontrado em BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, s/d; ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000; CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: São Paulo, Contexto, 2006; VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix / USP, 1980.

⁴ Um estudo para o qual o jornal foi muito importante, por exemplo, é o *Império do Divino*, tese de doutoramento de Martha Abreu, da Universidade Federal Fluminense, apresentada à Unicamp e publicada em 1999: ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁵ Um exemplo é o franciscano Hugo Fragoso sobre o que ele qualifica de “imprensa ultramontana” em que não se refere ao *Apóstolo*. Cf. FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do estado liberal (1840-1875), In: HAUCK, João Fagundes et alii. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – segunda época: a Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, pag. 214-215. Col. História da Igreja na América Latina, tomo II/2.



escravidão e aos índios, de que trata o último capítulo do livro, *O Apóstolo* tem sete referências, longas ou curtas, de janeiro a dezembro de 1866, quando a questão servil ainda não adquirira a importância dos anos seguintes⁶. Eram, de qualquer maneira, temas que mexiam com a Igreja ou pelo menos com aquele grupo de padres – quase certamente padres – que começaram a produzir *O Apóstolo*.

Por que “quase certamente padres”? É mais do que mera suposição, a partir do discurso formalizado nas páginas do jornal, embora os produtores do semanário não se dessem a conhecer. Não há nenhuma indicação dos seus redatores ou colaboradores, em uma época em que já era comum a veiculação dos autores dos textos. No máximo, publicavam as iniciais ou a primeira letra, assim mesmo muito poucas vezes e jamais de algum responsável. Paira, portanto, uma sombra sobre os seus produtores.

Em seu já clássico e referencial *História da Imprensa no Brasil*, Nélson Werneck Sodré faz apenas três menções a *O Apóstolo*. Em uma, indica a crítica “ácida” do semanário católico às revistas ilustradas (SODRÉ: 1983, 216). Em outra, inscreve os jornais entre os signatários do manifesto da imprensa contra a depredação, em 29 de novembro de 1890, da *Tribuna*, antiga *Tribuna Liberal*, de Carlos de Laet, militante católico e monarquista (SODRÉ: 1893, 254). A terceira citação é sobre o empastelamento do semanário, assim como o do *A Liberdade* e da *Gazeta da Tarde*, em 1897, por militantes jacobinos, após as notícias da morte do coronel Moreira Cesar em Canudos (SODRÉ: 1893, 254). Em nenhum momento cita qualquer redator ou editor do periódico⁷.

Identificar os principais colaboradores e caracterizar os grupos responsáveis é medida importante para o êxito da pesquisa (DE LUCA: 2006, 140-142). No caso de *O Apóstolo* fica impossível identificar nominalmente o autor ou os autores pelo menos nesse primeiro ano de operação⁸.

⁶ Sobre escravidão, as edições de 5 (página 9), 19 (5), 25 (2-3), 40 (20), 49 (3). Sobre os índios, 35 (3-4), 48 (1-2).

⁷ SODRÉ, Nélson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Col. Ensino Superior.

⁸ Tânia Regina de Luca faz um levantamento interessante sobre o uso de periódicos como fonte. Identifica um “deslocamento fundamental ocorrido na década de 1970, quando os historiadores passam a eleger jornais e revistas periódicos como objeto de pesquisa (DE LUCA, 2006: 118). Surgem então estudos importantes, obras de qualidade, muitas delas teses de doutorados em programas de História e Comunicação Social. Algumas dessas obras: CAPELATO, Maria Helena. *O Bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980; DE LUCA, Tânia Regina. *Revista do Brasil, um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999; FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978; HABERT, Angelúcia. *Fotonovela e indústria cultural*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974; HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Tchê, 1987; HOHFELDT Antônio & BUCKUP Carolina. *Última hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre, Sulina, 2002. MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2001; SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SILVA, Marília. *Jornalismo de*



É possível alcançar algumas pistas. Oscar Lustosa informa que em *O Apóstolo* colaboravam “figuras de grande projeção nos meios eclesiais de então” (LUSTOSA: 1983, 15). Considera que *O Apóstolo* inaugura o que denomina “fase de consolidação” da imprensa católica e revela os nomes de Autran de Albuquerque, do jornalista Antônio Manuel dos Reis e do padre João Esberd⁹.

Pedro Autran da Mata de Albuquerque (Salvador, 1805 - Rio de Janeiro em 1881) formou-se direito em Recife, professor de economia, foi militante católico, com atuação na imprensa. Antes mesmo de *O Apóstolo*, publicara com um grupo de intelectuais *A Esperança*, sucedido pelo *A União* – ambos periódicos editados por leigos.

Entre todos, Antônio Manoel dos Reis (São Paulo, 1840-1889) foi o que mais se dedicou ao jornalismo. Formado em Direito, colaborou ativamente em jornais e revistas paulistas. Além de jornalista, foi poeta, romancista e biógrafo. No Rio de Janeiro, fundou jornais católicos e defendeu os bispos na chamada Questão Religiosa, entre 1873 e 1874. Atuou no importante *O Cabrião*, de Ângelo Agostini.

Já João Fernando Tiago Esberard (Barcelona, 1843 – Rio de Janeiro, 1897) fez carreira na Igreja. Estudou no Seminário do Rio de Janeiro e foi ordenado por Pedro Maria de Lacerda. Foi bispo de Olinda, de 1891 a 1893, quando foi designado para o Rio de Janeiro, elevado então a arquidiocese. Essa escolha provocou uma crise na Igreja e nas relações entre a instituição e o Estado, por causa de sua conhecida atuação em *O Apóstolo*, considerada radicalmente ultramontana e anti-republicana. Dom Antônio Macedo Costa – então o prelado de maior prestígio - ficou claramente contra a designação para a Capital porque temia confronto com o Estado em uma época em que buscava a conciliação¹⁰.

É importante frisar que os nomes citados por Lustosa não aparecem em nenhum momento nas 52 edições do primeiro ano de circulação de *O Apóstolo*. Nos números que vão de 6 de janeiro a 30 de dezembro de 1866 não está identificado nenhum colaborador ou redator. Aparece, sim, nomes de bispos, padres e leigos que se empenhavam na defesa da Igreja. É que a instituição tinha uma tropa de choque ultramontana que a servia nas assembleias provinciais, no Senado e na Câmara dos Deputados.

revista. São Paulo: Contexto, 2003; SILVA JR., Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos no Brasil – 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁹ LUSTOSA, OP, Oscar de Figueiredo (seleção e introdução). *Os bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Loyola / CEPEHIB, 1983.

¹⁰ Sobre isso; PINHEIRO, Alceste. *O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesial*. Tese de doutoramento apresentada à USP, 2003, folhas 123-223.



Entre esses, os nomes citados com mais frequência são os dos senadores Zacarias de Góes e Vasconcelos, da Bahia, e Tomás Pompeu de Souza Brasil, do Ceará. Vasconcelos, que um pouco mais tarde presidiria o governo, era um leigo do Partido Liberal e na década seguinte defenderia os bispos na Questão Religiosa. Pompeu era padre. Os dois combatiam os liberais e proferiam discursos contra os chamados “inimigos da Igreja”¹¹. Considerados ultramontanos, Zacarias merece a transcrição de dois discursos e Pompeu, a de quatro¹².

Se não é possível identificar nominalmente os outros “meros escritores de uma folha religiosa” (34: 26 de agosto de 1866: 1), fica evidente que estão entre os ultramontanos, dispostos ao enfrentamento, que farão apologia do Catolicismo e defenderão a Igreja e os bispos.

Não é objeto deste trabalho tecer considerações profundas sobre o ultramontanismo, mas é importante defini-lo e situá-lo na segunda metade do século XIX, quando circula O Apóstolo. Ultramontanismo é a doutrina e a política católicas que busca em Roma a sua principal referência.

O termo -“além dos montes” - já circulava na Idade Média, mas em sentido geográfico contrário: era utilizado quando era eleito papa um não italiano. A expressão adquire outro significado a partir do século XIV, quando sob o reinado de Filipe, o Belo, na França, tomam consistência e ganham força os princípios do galicanismo, os postulados que defendiam a autonomia da Igreja francesa. O termo ultramontano adquiriu um sentido pejorativo e ofensivo para designar aqueles que só aceitavam as decisões da Igreja em termos de fé, moral e costumes. O ultramontanismo defende, portanto, o pleno poder papal.

A partir do século XVIII, com a Revolução Francesa e as tendências separatistas cada vez mais intensa entre os galicanos, as ideias ultramontanas tornaram-se as hegemônicas entre os que mantinham fidelidade ao papado. Os próprios católicos militantes assumiram-se ultramontanos porque partidários da liberdade da Igreja, então sob controle muito restrito do Estado. Tornou-se mesmo uma reação ao chamado

¹¹ Os “inimigos da Igreja” também eram nominados: Paula e Souza, edição 5 (página 2), o general Abreu e Lima, 28 (5), Caetano Furquim, o presidente da Sociedade Internacional de Imigração, 34 (1-3), o deputado gaúcho Meireles, 52 (2-3), Gaspar Silveira Martins, 52 (2-3), o senador Dantas, 39 (1-2, certo bacharel Ávila, do Rio Grande do Sul, 52 (2-3), o senador Jobim, 39 (1-2) e 49 (3).

¹² Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815 - 1877): natural da Bahia, presidente de província, deputado geral, senador, ministro da Justiça e da Fazenda, presidente do Conselho de Ministros. Tomás Pompeu de Souza Brasil (1818 - 1877): nascido no Ceará, padre formado no Seminário de Olinda, mas também com diploma de Direito pela faculdade do Recife. Foi Diretor de Instrução Pública do Ceará, deputado geral e, entre 1864 e 1877, senador do Império.



mundo moderno, uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma.

Uma geração de intelectuais católicos na Europa assumiu posição ultramontana, como os franceses Joseph de Maistre (1753-1821), Félicité de Lamennais (1782-1854) e Louis Veuillot (1813-1883) e o espanhol Jaime Balmes (1810-1848). Produziram textos em que a história da humanidade era uma história de luta entre o bem e o mal. Afirmavam que o bem só vigorara completamente sobre as forças do mal na Idade Média, quando os homens estavam totalmente submetidos à Igreja e viviam em concórdia. Contra essa sociedade, voltara-se o demônio, representado pela maçonaria, pelos estados absolutistas que enfraqueceram o poder da Igreja, pelo Protestantismo, pelo humanismo, pelo naturalismo, pelos filósofos iluministas, pela Revolução Francesa, com as doutrinas da liberdade de culto, da secularização do ensino, da independência do poder civil.

Além dos textos da tropa de choque leiga do ultramontanismo, essas concepções estavam expressas nos principais documentos pontifícios que circulavam na época em que *O Apóstolo* começou a ser editado, assinados pelos papas Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939).

No Brasil, o ultramontanismo era um movimento presente, mas havia cautela em nominá-lo. Mesmo *O Apóstolo* faz apenas duas referências à expressão, mas em somente uma delas assume a utilização termo como sua. E o considera meramente um contraposto às “teorias do sistema contrário (...) que há sido designado febronismo, josefismo, regalismo e galicanismo que, como é sabido, são eternos inimigos desse inculcado ultramontanismo” (18: 6 de maio de 1866, 3).

Não é sem sentido que o jornal cita o regalismo, que é a forma e a designação que o galicanismo assumiu em Portugal, principalmente sob o governo de Pombal, de onde chegou ao Brasil, sobretudo por intermédio do Seminário de Olinda, e foi assumido como nacional quando da Independência.

A outra referência é indireta. Uma delas está no discurso do senador Pompeu, padre e defensor dos interesses do episcopado brasileiro. Em discurso no senado, em 1866, contra a possível adoção do casamento civil, Pompeu recorda que o Brasil assumira compromissos com a Igreja quando manteve o Catolicismo como religião oficial na Constituição do Império: “Portanto (...) se eu sou ultramontano defendendo a doutrina da Igreja, também ultramontano foi o poder constituinte, foi a Assembléia



Geral e todos os poderes do Estado na decretação dessas disposições” [25: 24 de junho de 1866, 3]

É preciso identificar também a quem o jornal se dirigia. Fica evidente que era produzido para militantes católicos, leigos, mas sobretudo padres. *O Apóstolo* assume a função de dar subsídios apologéticos para o clero no embate contra os “inimigos da Igreja”. A isso adiciona o papel de orientar os sacerdotes para a pregação – que até então não era um hábito, mas que se tornara uma obrigação dos vigários, cobrada regularmente pelos bispos. Em todos os números, em maior ou menor espaço, e sempre na primeira página, na abertura de cada edição, o jornal comentava o evangelho daquele domingo. Era com esses que o jornal contava para manter-se. Com os padres e os leigos que o assinassem ou o adquirissem em algumas igrejas ou na gráfica em que era impresso.

Conhecemos as dificuldades com que temos de lutar, mas contamos com o sentimento católico, que, mercê de Deus, anima o fervoroso povo fluminense, e é por sua honra do clero desta importante diocese, que não podemos suportar a ideia de faltar-lhe um órgão na imprensa religiosa que quase todos os outros a tem (1: 7 de janeiro de 1866, 1-2)

Em nenhuma das 52 edições de 1866, *O Apóstolo* publicou qualquer anúncio comercial, o que já era comum entre os jornais da época. A arrecadação vinha principalmente da assinatura pela qual cobrava 6\$000, por ano, 3\$000, por semestre e 1\$500 por trimestre, para a corte, e 7\$200, por ano, 3\$600, por semestre e 1\$800, por trimestre, para as províncias.

Essa estratégia deu certo. Pelo menos é o que indica o comunicado do encerramento das atividades daquele ano, no último domingo de dezembro de 1866:

São bem conhecidas as dificuldades com que luta a imprensa religiosa em tempos que não afagam leituras dessa ordem, ou antes, parece dizê-lo com mais verdade, quando tudo parece conspirar para derrubar o edifício eterno da Igreja. Pois bem, ainda assim o nosso periódico achou apoio porque Deus abençoou as nossas intenções, que outras não foram (...) senão o interesse dessa religião que, apesar de perseguida, é único poder que há de salvar o mundo (52: 30 de dezembro de 1866, 2).

Do primeiro número à edição 31 o semanário tinha uma apresentação bem semelhante aos jornais da época, ou seja, uma paginação carregada e muito desorganizada. Mudança ocorre no número 32, de 12 de agosto de 1866. O jornal passa a circular com quatro colunas retas, com fios, mais organizado, mais fácil de ler e bonito para os padrões oitocentistas. Na primeira página, data, ano e número ficam



acima do título e não mais abaixo, como anteriormente. O semanário fixa em quatro o número de páginas. Antes podia circular também com seis, o que obrigava a adoção de uma folha solta e central.

O endereço de impressão continua o mesmo: “Typographia de Nicolau Lemos Viana, Rua da Ajuda, 79”. Entretanto, a partir de número 44, *O Apóstolo* passa a ser impresso em tipografia própria, mas, ao contrário do que ocorria nos números anteriores, o endereço não é mais indicado. O da redação nunca o foi.

Por que esse sigilo em relação aos seus produtores e à sua localização? É possível supor que havia certo temor de uma ação em contrário dos “inimigos da Igreja”. Deveria haver também o temor de retaliação de alguma autoridade, já que os padres eram em grande parte assalariados do Estado e muitos lecionavam em escolas públicas.

De fato, a Igreja Católica Romana vivia uma etapa de tensão e conflito com o Estado, do qual era dependente em termos jurídico e econômico. Além disso, sofria com as ações de propaganda de liberais e maçons, que pressionavam no Parlamento, e dos protestantes, que atuavam nas ruas e também pela imprensa. Esses segmentos assumiam um modelo de nação do qual o Catolicismo seria meramente um coadjuvante. E é evidente que os bispos, o clero disciplinado e os leigos atuantes não concordavam com esse projeto.

Desde os últimos anos da primeira metade do século XIX, os bispos buscavam formas de ter controle sobre a instituição. Apesar do rígido controle do Estado, elaboraram uma estratégia de ação que previa o controle da formação do clero, das irmandades leigas e dos religiosos. Portanto, os chamados ultramontanos mantinham uma luta externa, contra liberais, maçons e protestantes, e uma luta interna, contra o clero formado na mentalidade regalista.

Estava em curso o que a historiografia denominou romanização da Igreja no Brasil: a política e o processo de levar a instituição a se afastar do Estado, de acordo com o que já ocorria em outros países, ter mais independência e autonomia e se aproximar cada vez mais da Santa Sé. Não serão poucos os conflitos entre os bispos e as autoridades civis. A culminância dessa crise será Questão Religiosa do início a década de 1870, que redundará na prisão de dom Antônio Macedo Costa e de dom Vital.

Assim, naquele ano de 1866, quando começa circular, os produtores do novo jornal estão empenhados na luta por mais autonomia e liberdade da Igreja Católica no Brasil, integram o grupo ultramontano que pretende romanizar a instituição. E o



material publicado por *O Apóstolo* a cada domingo de 1866 reflete esse vínculo. Logo no primeiro número afirma que combater as “cabeças de hidra”, “É (...) a missão do Apóstolo”. E lista as “cabeças de hidra da fábula”: “na ordem política pública – anarquia; na política – republicanismo; no domínio das idéias – filosofismo; na religião – protestantismo” (1: 7 de janeiro de 1866, 2).

Era essa a autocompreensão de *O Apóstolo*.

Autocompreender-se é entender-se com instituição no mundo, ter claro a quem serve. O Catolicismo brasileiro, por meio do clero e de leigos atuantes, compreendia-se então como romanizado e ultramontano, ainda que utilizasse o termo com cautela, fiel ainda ao modelo de Cristandade. O modelo de Sociedade Perfeita já estava gestado, mas só se tornaria o modelo da Santa Sé a partir do Concílio Vaticano I, que começaria em 1869. A autocompreensão central era de que a Igreja Católica no Brasil estava visceralmente ligada à Sé Romana, mas que caminharia ao lado do trono. Essa concepção de vínculo com a Monarquia irá enfraquecer-se na década de 1870 com a Questão Religiosa.

Os bispos, padres e leigos envolvidos naquele embate possuíam uma autocompreensão ética construída e elaborada de tal forma que dela não podiam mais escapar e não tinham sobre ela controle algum já que fora arquitetada fora, na Europa. Consequência disso é a evidente paixão com que atuavam. Habermas, para quem a autocompreensão tem um papel importante, destaca essa impossibilidade de controle sobre o processo: “nenhum participante individual pode controlar a estrutura ou mesmo o desenrolar dos processos de compreensão e de autocompreensão” (HABERMAS: 2004, 15)¹³.

O historiador Antônio Lindvaldo Sousa, da Universidade Federal de Sergipe, observa que a categoria “autocompreensão” é frequentemente usada como ferramenta principal de historiadores da Igreja. Indica que o precursor dos estudos sobre a categoria e o uso dela como ferramenta teórica na Universidade de São Paulo foi o professor Augustin Wernet. A partir de Wernet, que começou a atuar na USP nos anos 1960, veio a luz uma série de pesquisas sobre a Igreja no Brasil com o uso da categoria.

Os historiadores mais ligados a Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina / CEHILA ou a outros centros de estudos dentro da própria Igreja Católica também lançaram mão da ferramenta. Um desses livros foi *História da Igreja*

¹³ Habermas volta a tratar da autocompreensão em *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. Martins Fontes, 2000. Col. Tópicos.



no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo, organizado por Eduardo Hoornaert, citado anteriormente (SOUSA: 2008, 251-252)¹⁴.

Wernet ensina o que vem a ser autocompreensão:

São diversas maneiras de auto-entendimento, diversas imagens que a Igreja, a “assembléia dos cristãos”, teve de si mesma; autocompreensões marcadas pelas grandes superestruturas de cada época, seja nas suas formas institucionais, seja em sua linguagem e seu seus modos de pensar.

Entendemos as autocompreensões da Igreja como “tipos-ideais”, ou seja, “construções mentais” ou “imagens mentais” para cuja elaboração se faz necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo (Wernet: 1987, 12).

Nas cinquenta e duas edições de 1866, seu primeiro ano de circulação, O Apóstolo fala de si em apenas oito números¹⁵. Em duas dessas referências informa o endereço da gráfica em que era impresso. Em outra, na edição de 30 de dezembro de 1866, o jornal dá por encerrada as atividades do ano e assinala que o periódico conseguiu manter-se e atender aos propósitos estabelecidos em seu primeiro número.

A edição inaugural busca apresentar as razões do lançamento do jornal. O Apóstolo se compreende como um “jornal dedicado ao Catolicismo” (1: 7 de janeiro de 1866, 2-3). No número 21, declara-se escolástico e não “discípulo de Bacon” (21: 27 de maio de 1866, 2-3).

No número 34, o jornal reproduz um discurso de Góes e Vasconcelos no Senado do Império, “relativo ao casamento misto e à imigração”, no qual vê “um sinistro futuro”. Nele, o senador indica a oposição que O Apóstolo sofria e reafirma o caráter religioso o semanário:

Felizmente não somos nós somente quem antevemos o sinistro futuro de semelhantes projetos; não somente nós escritores de uma folha religiosa, a quem os especuladores não duvidam em atirar os mais injuriosos apostos, figurando-nos como vilmente interessados nisso que eles farisaicamente chamam partido clerical (324: 26 de agosto de 1866, 1-3)

Outra referência é sobre a boa receptividade em São Paulo de uma série de artigos do monsenhor Pinto de Campos sobre presumíveis bíblias falsas distribuídas por protestantes. Outra é um agradecimento que vem de Porto Alegre pelo fato de O

¹⁴ Para o entendimento da aplicação da ferramenta em história da Igreja, WEILER, Anton. *História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja*. In: *Concilium*, nº 57, 1971/7.

¹⁵ Na elaboração do índice remissivo para esse primeiro ano de circulação, foram estabelecidos 83 temas / assuntos. O Protestantismo é o que têm predominância, com 2 referências.



Apóstolo ter tomado partido do bispo do Rio Grande do Sul, em um episódio em que o prelado suspendeu três cônegos do exercício do sacerdócio (49: 9 de dezembro de 1866, 2-3).

O Apóstolo também indica aos leitores qual o papel da imprensa em geral e da imprensa católica em particular, no que, evidentemente, refere-se a si mesmo. Logo no número inaugural qualifica a imprensa como “uma tribuna universal em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade” (1: 7 de janeiro de 1866, 2-3). Na edição seguinte, afirma que imprensa tem origem divina e por isso não pode “desviar-se desse tom majestoso”:

A liberdade de imprensa é uma conseqüência legítima e necessária da liberdade, que o criador dera ao pensamento. Mas este, como aquele, por mais ampla que se considerem, não podem sem desvirtuarem-se, ultrapassar os limites, que têm por força de sua natureza todos os seres criados.

Infinito só Deus.

A imprensa pois tem na justiça e na honestidade os devidos limites ao seu colossal poder (1-2).

Na edição 29, o jornal informa que o papa Pio IX enviara um breve ao *Civiltá Cattolica*¹⁶ sobre a missão da imprensa:

A missão do século XIX exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade.

Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mãos dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espírito mais retos e sinceros.

Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar – a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica (29: 22 de julho de 1866, 4).

O breve papal que comprovaria que *O Apóstolo* empreende “uma obra salutar e excelente”. De acordo com o jornal, “este notável documento, que é um grande acontecimento na Imprensa, tirará todas as dúvidas acerca da necessidade e das vantagens que a Igreja tem o direito de esperar da imprensa católica” (idem).

“Jornal dedicado ao Catolicismo”, escolástico e não “discípulo de Bacon”, “folha religiosa” aviltada por que defendia a fé e a coroa e tomava partido de um bispo, capaz de perceber o “sinistro futuro” que se avizinhava. Tal era a autocompreensão de *O Apóstolo*.

¹⁶ *Civiltá Cattolica* era uma publicação dos jesuítas em Roma. Fornecia artigos teóricos e noticiário que sustentavam o ultramonismo no mundo inteiro.



Referências Bibliográficas

APÓSTOLO, O. Rio de Janeiro, Typographia de N.L. Vianna & Filhos / Gráfica de O Apóstolo, 7 de janeiro a 30 de dezembro de 1866.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Basanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª. edição. São Paulo: Contexto, 2006, 110-153.

HABERMAS, Jurgen. *O Futuro da Natureza Humana*. Trad. Karina Jannini. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

LUSTOSA, OP, Oscar de Figueiredo (seleção e introdução). *Os bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Loyola / CEPEHIB, 1983.

PINHEIRO, Alceste. *O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica*. Tese de doutoramento apresentada à USP, 2003.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Col. Ensino Superior.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. Da história da Igreja à história das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. IN: BEZERRA, Cunha Cícero (Org.). *Temas de Ciências da Religião*. São Cristovão, SE: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 251-267. Disponível também em:

<http://silva.marcos.sites.uol.com.br/tehr/textos/autocompreensao.pdf>

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.